

O AGRESTE DE ESPERANÇA. A FRONTEIRA CARIRI — AGRESTE DE ESPERANÇA *

GERARD PROST

O AGRESTE DE ESPERANÇA

O Agreste de Esperança contrasta fortemente com as regiões que lhe são vizinhas e seus limites são, portanto, bem definidos: não se trata mais de uma paisagem montanhosa, constantemente verde e com profundos solos vermelhos, como no Brejo a leste; tão pouco apresenta os vastos horizontes da agave e da caatinga dos Cariris a oeste e ao norte, e nem mesmo a paisagem com os grandes mosaicos herbáceos de cêrcas vivas do Agreste do Sul e do Sudeste. Trata-se de uma região de colinas, sem grandes acidentes de relêvo e sem monotonia; são campos e não pastagens que aparecem, apesar de algumas parcelas estarem sem cultivo; *openfield* e não *bocage*, com exceção de algumas cêrcas vivas feitas, freqüentemente, de agave, capim elefante ou mais raramente de avelós; todo o território é ocupado, subsistindo apenas alguns raros trechos de caatinga; suas culturas dão uma nota verde à paisagem durante a internada, substituída pela côr branca das areias de cobertura durante o resto do ano.

Com efeito, uma espessa camada arenosa, de 50 cm a 2 metros repousa, seja sôbre formações argilosas, ricas ou não em cascalhos, seja diretamente sôbre a rocha *in situ*, migmatitos, gnaisses e xistos do escudo. O conjunto é entalhado por uma rêde de vales rasos, muito abertos, separando colinas de formas suaves e arredondadas, amplas e pesadas, formando uma rêde de malha fina, com ondulações de cêrca de algumas centenas de metros de extensão máxima.

As precipitações são mais abundantes que nos Cariris, porém mais escassas que no Brejo: elas atingem cêrca de 700 mm, de fevereiro-março a julho-agosto. Porém seu efeito geomorfológico e agrícola é diminuído pelo papel de filtro que têm as areias de cobertura, repousando sôbre material mais impermeável, que se inclina da mesma forma que a superfície das colinas. Tal fato, entretanto, não prejudicou uma sutil diferença que o homem soube reconhecer e que explorou com proveito.

Com efeito, as areias das partes altas das colinas parecem guardar, por menos tempo, a umidade, ao contrário das partes baixas, no sopé das elevações; isto, visto que estas recebem não apenas a água do escoamento superficial como também as do escoamento subsuperficial.

* Os artigos "O Agreste de Esperança" e "A Fronteira Cariri-Agreste de Esperança", juntamente com "O Cariri Semi-Árido Transformado pela Agave" publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 2, Ano XXX, completam os estudos regionais desenvolvidos pelo Professor GERARD PROST referentes ao Estado da Paraíba.

Estas águas, atingindo o fundo dos vales, escoam-se lentamente, pois os perfis longitudinais são aí pouco pronunciados: em consequência, há concentração dos colóides provenientes das vertentes. Assim os “altos”, secos, opõem-se aos “baixios”, mais úmidos; os primeiros aparecem freqüentemente claros, ou mesmo esbranquiçados, enquanto que os fundos são verdes, exuberantes de vegetação nas épocas chuvosas. É preciso salientar, entretanto, que a várzea pròpriamente dita só é encontrada nos vales principais, sendo raramente aproveitada: por vêzes é demasiadamente úmida e freqüentemente salgada.

Tais superfícies sem mata, divididas em uma multidão de parcelas (roçados ou “roças” quando plantados de mandioca), têm o *habitat* evidenciado por uma forte densidade de pequenas casas brancas, envolvidas por algumas árvores, manchas escuras sôbre estas vertentes claras. Um conjunto de parcelas constitui um “sítio”, isto é, uma pequena propriedade, característica desta região onde não se encontram fazendas.

Em seu conjunto, o Agreste aparece como uma verdadeira *compagne* como a concebem os europeus: área totalmente humanizada pelos camponeses, o que é um fato raro no Brasil. Talvez a principal diferença que o distingue das áreas rurais do Velho Mundo é a sua ocupação recente: a paisagem atual do Agreste é obra do homem nos últimos 40 anos.

Tentando detalhar um pouco mais esta hipótese de trabalho examinaremos os aspectos dessa agricultura cuidadosa, e tentaremos um esbôço das situações sócio-demográficas da área.

I — A AGRICULTURA

1 — *Uma agricultura cuidadosa*

Nessa região inteiramente cultivada, encontramos diversas associações de plantas, relacionadas a um metódico calendário agrícola justificado pela sua gama de cultivos, e encontraremos também técnicas de cultura precisas e exatas.

Estudaremos esta questão em um sítio médio, isto é, aquêle que permite um nível de vida suficiente para uma família, o que comporta terras de alto e de baixo.

Observando o quadro vemos que as parcelas de baixo são quase constantemente ocupadas. Ali as associações do primeiro plantio são simples: desde que uma parcela deu seus frutos ela será preparada para o segundo ciclo. Durante o mesmo a associação é mais complexa, apresentando 3 plantas, cada uma delas colhida a seu tempo. Isto é possível pois a data das colheitas não tem a mesma importância que no 1.º ciclo, visto que tais parcelas só serão replantadas no ano seguinte. Durante os dois ciclos agrícolas outras plantas também ocupam, às vêzes, as cabeças dos leirões, como a batata-doce ou coentro; alguns metros quadrados são sempre plantados com legumes, notadamente a abóbora. Ao contrário dos baixios, nos altos não há legumes e rara-

mente batata-inglês: a umidade é aí insuficiente entre duas chuvas, as associações são obrigatoriamente mais simples; a planta reinante é a mandioca. São as parcelas que ficam geralmente em descanso, de julho a março ao ano seguinte.

| MÊS | BAIXIO | ALTO |
|----------------------|--|--|
| Janeiro..... | Terra sem cultivo | Terra sem cultivo |
| Fevereiro..... | Preparação do campo | Preparação do campo |
| Março..... | “Plantio de inverno” ou 1. ^a plantação: milho — 2 tipos de feijão, ou batata-inglês | Plantação de: milho/feijão ou mandioca/milho |
| Abril..... | 1. ^a limpa | 1. ^a limpa |
| Maió..... | Limpa | Limpa |
| Junho..... | Colheita | Colheita: os 2 — milho. |
| Julho..... | Preparação e “plantio de seca”: batata-inglês — 1 tipo de feijão algodão herbáceo | Plantio da mandioca |
| Agosto..... | Limpa | Limpa |
| Setembro..... | Limpa e colheita | Limpa |
| Outubro..... | — | — |
| Novembro-dezembro. | Colheita do algodão | — |
| Dezembro-fevereiro.. | Terra sem cultivo | — |
| Março..... | O mesmo que no ano anterior | Milho plantado com espaçamento |
| Abril-junho..... | — | 2 limpas |
| Julho..... | — | Colheita de milho |
| Julho-agosto..... | — | 2 limpas |
| Setembro-novembro.. | — | Colheita da mandioca |

A figura 1 mostra que os limites do sítio e de algumas parcelas são marcados por uma cêrca viva de agave, que fornece um pouco de sisal, ou por um alinhamento de touceiras de capim elefante que fornece diversos cortes durante o ano. Apenas alguns m², atingindo ao máximo o tamanho de uma parcela, são plantados com palma forrageira. Algumas cabeças de gado bovino (1 a 4) vivem em um cercado situado no baixio, durante a estação seca, e são enviados a uma fazenda do Cariri durante o inverno (com exceção de uma vaca leiteira). Não esqueçamos igualmente as árvores nesta região ensolarada, apreciadas pela sombra em volta da casa, pelos frutos e fôlhas (como a palmeira catolé).

A análise do croquis revela que esta região é uma verdadeira *Kulturlandschaft*, um verdadeiro território completamente humanizado. Nada é aí perdido; o homem aproveita todo o espaço livre: a imagem da utilização integral do solo é aí observada, de uma forma pouco banal.

PLANO DE UM "BOM" SÍTIO

- 12 ha., baixios e altos -

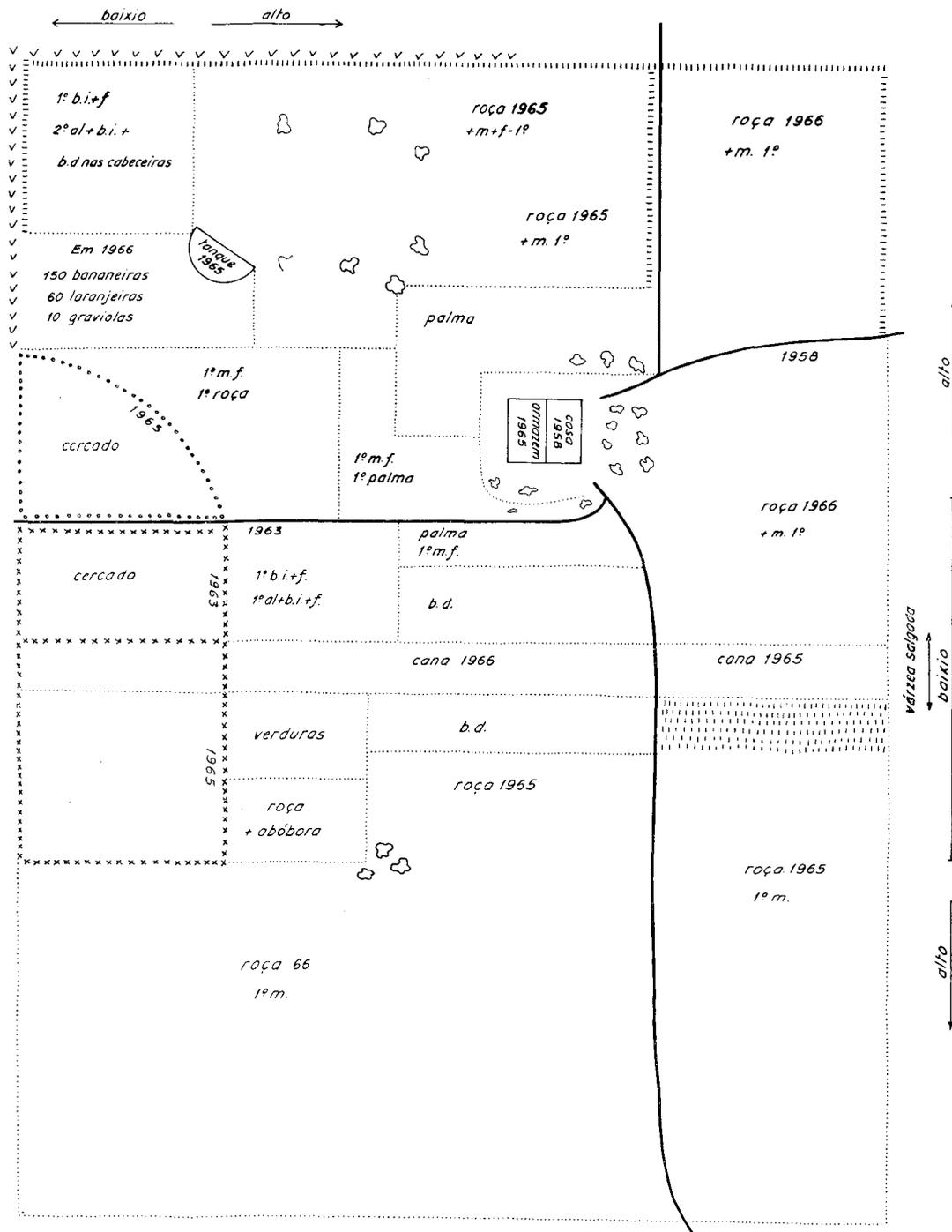


Fig. 1

situação em 1965

plantações

roça: mandioca

m: milho

f.: feijão

b.i.: batata-inglês

b.d.: batata-doce

a.l.: algodão herbáceo

a.f.: árvore frutífera

plântio

1.º: primeiro plântio (de inverno)

2.º: plântio de seça.

196:

ano de plântio ou de construção

limites

...: limite do sítio sem cerca, ou de parcela.

xxx: cerca de arame farpado

ooo: " " aveloz

vVV: " " agave

≡: " " capim elefante.

Um exemplo flagrante são os baixios, sustentando duas vezes por ano tôda uma série de cultura: é a policultura do tipo de “Agreste de Esperança”, segundo NILO BERNARDES, rica combinação de culturas associadas, ligeiramente ligadas à pecuária.

2 — *As plantas do Agreste*

Pareceu-nos interessante analisar como os sitiantes justificam as culturas praticadas. Por que estas?

A cultura do milho e do feijão não constitui surpresa: seus plantios são difundidos em todo o Nordeste, constituindo duas das bases da alimentação.

A cultura da mandioca, 3.^o produto vital no regime alimentar (fornecendo a farinha ou o tubérculo comestível) encontrou no solo profundo e arenoso do Agreste uma área favorável. Trata-se de uma planta bem adaptada a êste meio, desenvolvendo-se em ótimo ritmo. Entretanto, se tal cultura é aí importante, não o é somente por razões ecológicas: para os camponêses trata-se de uma prática segura, sendo uma planta resistente a um período chuvoso pouco pronunciado ou marcado por períodos chuvosos espaçados. Além disto, sua colheita não exige uma data fixa, podendo ser feita quando se deseja, dentro de um certo prazo, (por ex., quando o verão sêco forneceu poucos produtos comercializáveis; ou quando se tem necessidade de dinheiro e o tubérculo ainda não atingiu seu crescimento máximo). Enfim, a farinha é vendida facilmente em qualquer época, notadamente para áreas não produtoras do Estado e para as cidades; na realidade, mesmo os mais pobres compram semanalmente um pouco de farinha, nos dias de feira.

Ao lado dêstes três produtos, bases da alimentação e tendo uma ligeira comercialização, ocorre uma cultura mais delicada, a da batata inglesa, desenvolvendo-se bem nas terras arenosas mas, ao contrário da mandioca, exigindo adubação para se obter melhores rendimentos. Igualmente é uma planta que necessita de maiores cuidados, e que é sujeita a pragas e doenças: há cêrca de 5 ou 6 anos ocorreu uma moléstia, não identificada, que provoca em um só dia a morte da planta. Apesar destas dificuldades é a cultura que traz maiores rendimentos financeiros, tendo bom mercado de consumo e preço compensador.

Completando o quadro, ocorre o algodão herbáceo, outra planta de cultura comercial, mas fornecendo rendimentos irregulares segundo os diferentes anos. Êste algodão, que se desenvolve bem no Agreste nos anos de boa distribuição de chuvas, não constitui sempre uma base econômica muito segura, que complete sem surpresas o orçamento anual. Entretanto, o camponês agrestino não o planta com espírito especulativo: para êle, “desde que o algodão fornece alguma coisa” já lhe é compensador, pois nesta economia agrícola múltipla será mais um pêso a colocar na balança. Plantada em associação, esta cultura não neutraliza a terra e não retira nada às demais plantas (como diz o homem do campo: “não retira o confôrto”).

Plantas variadas, comercializáveis e comerciais, são tratadas com cuidados pelo homem, que durante todo o ano pratica, em seus campos, um trabalho longo e paciente, segundo certas técnicas por êle adotadas.

3 — *As práticas e as técnicas da cultura*

O trabalho humano exigido por tal agricultura tem um aspecto importante: as tarefas são numerosas, longas, imperiosas.

É necessário, primeiramente, preparar o terreno (cf. quadro). Abre-se o leirão, aplanam-se o solo; as ervas daninhas de cerca de 50 cm de altura são assim cortadas e enterradas, porém nunca queimadas. Se esta parcela é destinada a ser plantada como batata-inglês, foi disposto no meio do espaçamento entre leirões uma fina linha de estrume que é recoberta no momento que o encamamento é feito (idealmente são necessários 4 caminhões de estrume por ha). O trabalho de encamamento é feito com a enxada, mas há 3 anos que alguns se servem de um cultivador.

Algumas semanas depois, no momento das chuvas, constroem-se os leirões. Estes, têm 80 a 90 cm de largura, com 30 cm de altura, enquanto que os sulcos terão 40 cm de largura. Nos altos, onde não há excesso de água os leirões podem ser construídos com o arado, sendo neste caso menos elevados. A construção é um árduo trabalho, porém considerado indispensável: se o período chuvoso é muito intenso, o leirão impede o apodrecimento das raízes. Outrossim, facilita a limpeza, além de diminuir consideravelmente a eclosão de ervas daninhas, cujas sementes foram enterradas nos sulcos. Torna sobretudo menos difícil a prática da adubagem e a colheita dos tubérculos. Construído geralmente nos altos, perpendicularmente à inclinação das vertentes, tende a reter parte das águas das chuvas; mas, ao meio da encosta e em seu sopé serão paralelos à inclinação, para poder facilitar o escoamento superficial, sem que este arranque a planta. Alguns, igualmente, levam em conta a orientação das chuvas: se o leirão se apresenta de flanco êle será destruído, ou pelo menos, muito diminuído; êle pode assim apresentar orientação leste oeste (“da nascente ao poente”) mesmo se deve ser perpendicular às encostas.

Portanto, não há agricultura itinerante, prática normal na maior parte do Estado, mas não há igualmente rotação dos campos. A escolha é aí imposta: a batata-inglês só pode ser plantada nos baixios, a mandioca nos altos. Para o restante, o máximo possível é cultivado nos baixios onde os rendimentos são maiores e mais seguros. Além disto, para a maioria dos camponeses, a insuficiência de terras impede toda possibilidade de rotação. Sòmente a batata doce que pode ser plantada duas vezes seguidas no mesmo campo; mas ela cobre raramente toda uma parcela. A única exceção é a de uma incipiente rotação para a parcela plantada com a mandioca, após as culturas de inverno. A terra só fica em descanso quando faltam sementes.

Para a limpa utiliza-se a enxada. Os que dispõem de um enxadão não o utilizam: nos baixios não é possível tal prática, devido ao embriçamento das plantas; nos altos, seria necessário passar em seguida a enxada entre as plantas. É necessário limpar sem demora, pois do contrário a mandioca apodrece, a batata fica pequena, o milho e o feijão crescem lentamente e amarelecem depressa.

Pode-se avaliar o tempo necessário a êstes diferentes trabalhos?

4 — O tempo de trabalho

Um ha de baixio, com seus dois períodos agrícolas, a um ha de alto, com um primeiro período de policultura seguido de um segundo consagrado à mandioca, exigem cada um 80 a 90 dias de trabalho; no segundo ano o campo de mandioca exigirá apenas 30 dias. Consideramos neste tempo também o da colheita, se bem que para a maioria das plantas não haja data fixa nem pressa (ela pode ser feita quando se dispõe de tempo livre): o milho e o feijão podem secar e ficar de pé e a mandioca crescida nunca apodrecerá na terra.

Consideramos um grupo de 3 ha, verdadeira unidade composta de 1 ha de baixio e 2 de alto, o primeiro plantado com mandioca no ano considerado, o segundo igualmente mas no ano precedente. O total de "dias" de trabalho se eleva a 210 (90 + 90 + 30), incluindo os dias de repouso, de feira, etc., chega-se a 260 — 270 dias, ou seja, cêrca de 9 meses. Todos estimam com efeito que 1 homem pode se ocupar e fazer produzir 3 a 4 ha; um único dêles, segundo nosso conhecimento, trabalha 7 ha, mas seu caso é excepcional: proprietário a apenas 2 anos, e tendo o encargo de 4 crianças pequenas, êle trabalha com grande energia e fôrça de vontade.

5 — Os rendimentos

Podemos nos perguntar: quais os resultados de tais esforços?

— Como para o Cariri, no Agreste não conseguimos ter uma idéia exata dos rendimentos por ha. As indicações obtidas oscilam entre os limites que se seguem (o 2.º n.º indicando a cultura bem tratada em ano favorável):

| | |
|------------------------------|---|
| Batata-inglêsã | 2 500 a 5 000 kg |
| Milho | 250 a 1 000 kg |
| Feijão mulatinho | 500 a 3 000 kg |
| Feijão marcassa | 250 a 500 kg |
| Mandioca (farinha) | 1 000 a 5 000 kg (isto é, o dôbro após 18 meses). |
| Algodão | 150 a 500 kg |
| Batata-doce | 3 000 kg |

Note-se que se trata quase sempre de culturas associadas; isto significa que os rendimentos, avaliados em pêsou ou em dinheiro, são superiores aos indicados acima: êles são a soma de 2 ou 3 dêstes números citados.

Não devemos esquecer, outrossim, que as indicações variam de fato geralmente muito mais. É por esta razão que, algumas vezes, a quantidade colhida pode cair a uma quantidade inferior à que foi plantada, salvo para a mandioca. Por vezes também a imprecisão liga-se aos tipos de produtor da região: não somente ele é tradicional e depende do meio físico, mas também não lhe é essencial conhecer exatamente o que produz e ganha. Sendo limitados seus gastos de produção (por vezes algumas sementes e caminhões de adubo), o que importa é o dinheiro recebido, seja ou não uma soma importante, de acôrdo com os anos. É certo que ele pratica uma agricultura comercial, mas sem gastos fixos, e com o único fim de sustentar as necessidades vitais de sua família.

II — AS SITUAÇÕES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

1 — *A situação no caso de um bom sítio* (figura 1)

O sitiante que tem uma boa situação média (por ele mesmo assim definida, além de o ser também pelos demais), tem de 7 a 13 ha de terras repartidos entre baixio e alto.

Para cultivá-las ele deve trabalhar àrduamente, ou dispor de uma mão-de-obra suplementar, seja a de um ou dois filhos de mais de 14 anos, seja de assalariados. Neste último caso, ele disporá ainda assim de benefícios razoáveis: um ha de milho e feijão fornece um valor de produção de 200 a 300 mil cruzeiros, (200 a 300 cruzeiros novos), enquanto que o trabalho feito inteiramente por um assalariado não chega a 40 mil cruzeiros (40 cruzeiros novos) no total. A disposição de terrenos de baixio garante uma produção relativamente importante e sobretudo segura.

Este sitiante tem trabalho todo o ano, intenso, de fevereiro-março a junho-julho, com menor intensidade em seguida. Durante a estação morta, que é a da "sêca", ele deve limpar as roças de mandioca, cortar as maiores ervas daninhas ("destocar"), fazer a farinha de mandioca, transportar o estrume até aos campos, entalhar ou limpar um tanque, debulhar feijão e milho, fazer concertos necessários na casa, ocupar-se do rebanho ao qual não deve faltar a água nem a ração quotidiana de palma ou de cana, desfibrar a agave manualmente; além disto suprir as necessidades em água da casa, plantar uma cêrca. Quando dispõe de tempo livre poderá, nesta ocasião do ano, rever parentes e amigos. Durante a estação chuvosa as tarefas são mais densas se bem que menos dispersadoras e freqüentemente alguns dias são destinados aos mesmos tipos de tarefas.

Após 7 a 10 anos de trabalho (caso freqüente de proprietários que aliás o são após o mesmo n.º de anos), o sitiante pode construir uma casa conveniente, um reservatório que guarde a água até o inverno seguinte, e fazer um curral.

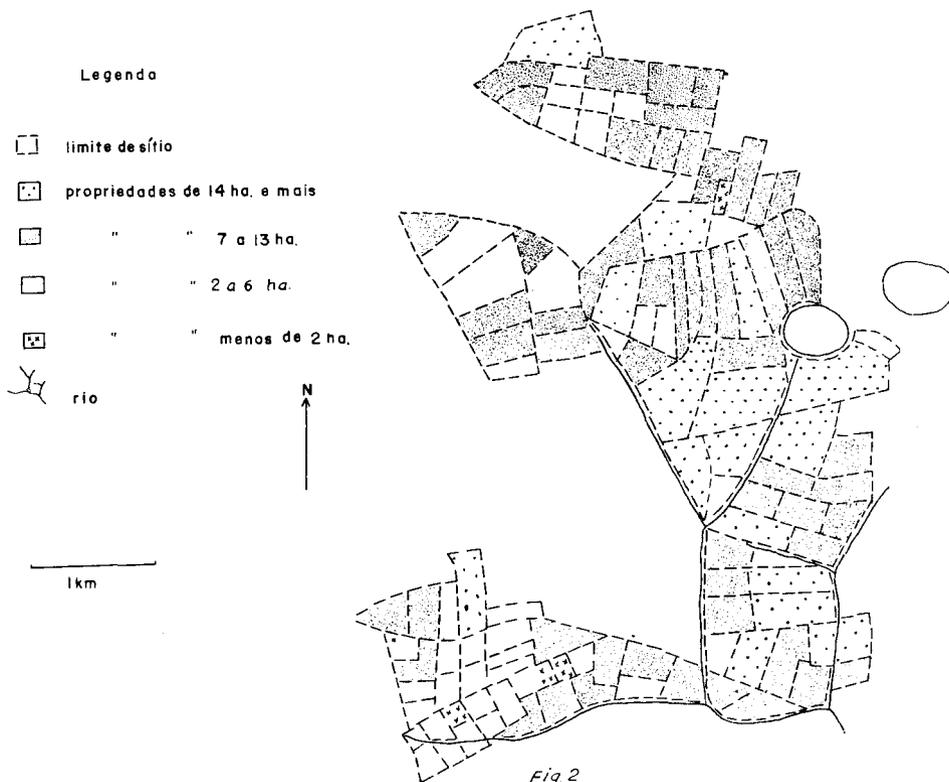
Tal vida de sítio faz pensar naquela dos camponeses tradicionais na Europa. Claro, não há nenhum luxo, mas há cuidado e asseio: a casa de tijolos foi pintada de cal em seu interior como no exterior,

tendo uma acolhedora sala, local de reuniões, e não raro cortinas emolduram as janelas. Algumas cadeiras, uma ou duas mesinhas cobertas com toalhas bordadas completam o mobiliário. Vasos com flôres artificiais ornamentam a sala, em cujas paredes é comum ver-se porta-retratos com fotografias de membros da família ou parentes que vivem no sul, assim como quadros simples, imagens religiosas. Tal interior representa sem dúvida um gôsto simples, mas reflete também uma preocupação com a estética da vida quotidiana e um certo nível de vida. São êstes os sitiantes que aos domingos, chapéu de feltro na cabeça, ar calmo mas não altaneiro de quem prospera pelo seu trabalho, enca-minham-se à igreja, ou à feira.

Esta base próspera não é uma ilusão. Vejamos um exemplo: um sitiante, tendo 10 ha., fêz um empréstimo em 1962 de 1,2 milhões de cruzeiros (1,2 mil cruzeiros novos). De posse de tal soma, comprou o carregamento de 10 caminhões de estrume em 1964 e em 1965, e recolheu entre 1 a 1,5 ton. de feijão, além de batata-doce, batata-inglesa, farinha de mandioca e 250 kg de algodão (em 64 e em 65), o que lhe rendeu respectivamente, apesar das variações de preços, 2 a 1,5 milhões de cruzeiros (2 a 1,5 mil cruzeiros novos), seja cêrca de 120 a 160 mil

POCINHOS — AGRESTE DE ESPERANÇA

PROPRIEDADES



cruzeiros (120 a 160 cruzeiros novos) por mês: este homem tem confiança, pois uma estada de 6 anos no Rio fez-lhe ver como são poucas as gamas de população urbana que têm tais rendas.

Uma família de sitiante é composta em média de 5,5 pessoas. Isto nos dá uma densidade média de população que é elevada: 60 hab. por km² (entre 45 e 80 de acordo com o tamanho das explorações). A mão-de-obra é composta de 2 ou 3 pessoas, seja uma densidade de população ativa de 20 a 30 (mais ou menos uma pessoa ativa por 4 ha). Segundo a natureza dos trabalhadores, varia a densidade de população que vive nesses sítios. Se o pai trabalha sozinho com seus filhos, a densidade de 60 é igual a da população dependente, caso normal em uma sociedade camponesa. Se o sítio, ao contrário, requer um ou dois assalariados, uma ou duas famílias suplementares dêle viverão, pelo menos uma parte do ano; neste caso a densidade de população dependente se eleva a mais de 130.

Ainda melhor situados são os sítiantes que têm mais de 14 ha. (Fig. 2). Será necessário analisar mais tarde quais são as vantagens reais desse grupo relativamente numeroso (18 sítios, isto é, 16% do número total). Todos empregam regularmente assalariados e alguns possuem uma "casa de farinha": são formas de rendimento importantes. Serão eles suficientes a ponto de assegurarem a cada um de seus filhos um lugar ao sol, ou estarão também condenados à divisão de suas terras.

2 — *As situações desfavoráveis*

Nem todos os sítios se encontram em boa situação; ao contrário, muitos apresentam aspectos desfavoráveis. A análise de alguns exemplos mostrará esta diversidade.

Os dois primeiros casos que vamos considerar abrangem um número mais reduzido de famílias. Um é o de um homem mais idoso (50 anos aproximadamente) e não muito empreendedor, segundo seus vizinhos; seus filhos ainda não têm idade para trabalhar. Assim, seus 3,5 ha são mal cultivados, sua casa é desconfortável, em taipa, e não é bem conservada. Um 2.º caso, vizinho ao citado: mesmo tipo de casa, somente 3 a 4 ha cultivados sobre os 10 do sítio, apesar da presença de dois filhos de mais de 14 anos; neste caso a família não dispõe de nenhuma verba para comprar o estrume, efetuando em consequência uma medíocre produção de batata-inglês. Pela mesma razão torna-se difícil a preparação de todas as parcelas e a espera da data da colheita. Isto explica porque os homens devem trabalhar pelo menos 2 a 3 dias por semana, fora de seu sítio, a fim de manter um orçamento de base, mínimo, apenas suficiente para alimentação de uma família de 10 membros. Naturalmente tal situação apresenta-se como um círculo vicioso: obrigado o homem a se ausentar, é o trabalho de seu próprio sítio o primeiro a ser prejudicado; em consequência, a extensão de terras cultivadas é menor; com efeito, o período agrícola desenvolve-se essen-

cialmente na estação chuvosa. Tais casos referem-se a famílias de nível bem baixo, onde o peso de uma prole numerosa agrava a situação, mas refletem também uma falta de vigor, de ânimo ou mesmo de sorte.

Em um 3.º caso o sítio não tem terrenos de baixio. Cada parcela fornece uma só colheita, e esta é composta de um número de produtos menos importante do que aqueles obtidos nos baixios. Ele representa, portanto, uma menor garantia (com exceção da mandioca). Enfim é mais difícil de aí manter o gado, pois o pequeno curral não disporá de vegetação natural durante a estação seca.

O caso mais freqüente é, entretanto, um 4.º tipo considerado, e que se multiplica rapidamente desde alguns anos: é o do sitiante que tem menos de 6 ha de terra e que deve procurar recursos complementares em duas direções. A primeira consiste em alugar algumas parcelas, por ex., a sítios cujo proprietário não consegue cultivá-las em toda a sua extensão; ou alugar a proprietários que negligenciam suas terras (por ex., a herdeiros que moram no sul). Poderá também situar suas roças em campos de agave ou de palma recentemente plantados nas grandes propriedades vizinhas, situadas a oeste. Apenas um proprietário aluga em arrendamento (em 1966, Cr\$ 5.000 ou NCr\$ 5,00 por ha, o que é quase nada); este sistema, favorável àquele que explora a terra, desapareceu quase que inteiramente, sendo substituído pela meia. Neste caso os proprietários da terra dão por vezes as sementes, mas raramente participarão dos trabalhos emprestando um arado ou cultivador; em nenhuma destas terras será permitido o plantio da agave ou mesmo da mandioca que cresce lentamente e cuja colheita só poderá ser feita durante o 2.º ano após o plantio. Deste modo o proprietário não terá que fazer indenizações ao meeiro caso não se prolongue sua permanência na propriedade.

O pequeno sitiante que tem muita terra pode fazer uma segunda opção, a de trabalhar fora, em outras tarefas, pois ele tem pouca roça para limpar na seca, quaisquer que sejam as superfícies alugadas no "inverno". Muitos vão fazer parte das equipes de desfibramento junto a um motor de agave, nas grandes plantações do Cariri vizinho ou das serras; outros vão preparar terras novas para o plantio da agave; outros empregam-se em olarias, ajudam a construir casas, plantar ou fazer cercas, cavar cisternas, etc...; finalmente outros partem durante 3 a 4 meses para o sul do país. Há também aqueles que, entre 2 períodos de atividades (e outros durante mais tempo, no decorrer da "seca") nada fazem, com exceção do abastecimento em água para a casa, trazer um pouco de forragem para o gado, etc.

Consideramos até aqui os habitantes que têm pouca terra. Há, entretanto, ainda uma categoria, aqueles que possuem apenas um mínimo, isto é, menos de 1 ha de alto: Na realidade, este grupo não corresponde mais a sitiantes, dispondo de uma certa autonomia: são operários agrícolas que têm "um chão de terra", mas que por vezes guardam uma certa forma de herança espiritual camponesa. Assim,

êles farão o possível para poder alugar 2 a 3 ha de terreno, onde trabalharão 2 a 3 dias por semana e trazendo para a casa metade da produção. Em seu tempo livre êles se empregarão como fôr possível; fornecerão, na estação chuvosa, parte importante da mão-de-obra para os mais favorecidos.

Êstes diferentes habitantes, desfavorecidos no conjunto, não têm todos a casa espaçosa dos sitiantes que prosperam: freqüentemente é a casa de solo de terra batida que lhes serve de morada e cujo interior se distingue mal daquele da casa dos moradores.

Nos terrenos ocupados pela maioria destas pessoas, há um *verdadeiro minifúndio*, com menos de 5 a 6 ha e com densidade elevada: no máximo 150 hab. por km² (caso da parte SW, onde 31 famílias, com 151 hab., vivem em uma superfície de cêrca de 1 km²): Tais números nos revelam a premência desta situação de desequilíbrio.

Trata-se, é certo, de população residencial e não de uma população que vive efetivamente da exploração dêste km² de campo; há contudo superpopulação, pois muitos vão trabalhar em outras regiões uma parte do ano, visto que as possibilidades de emprêgo e de locação de terrenos nos sítios vizinhos são limitadas.

3 — *Problemas e possibilidades*

Os dois aspectos do Agreste de Esperança, quais sejam: a ocupação total dos campos e a presença de altas densidades de população são recentes. Até 1920 o “travessão”, isto é, a linha de cêrca demarcadoras dos limites pastoreio solto agricultura, passava a mais de 10 km a leste da área. Aqui e ali existiam pequenos roçados, bem protegidos contra o gado. Na expressão dos velhos: “Era um Cariri, no duro”. A caatinga, composta de facheiros, cardeiros, picuris, cumatis, paus d’arcos, barauínas, aroeiras, mais raros umbuzeiros, ali crescia sem obstáculo.

A partir de 1915-18, homens vindo do Brejo puderam comprar algumas terras e logo as prepararam para o cultivo. A figura n.º 3 mostra como ràpidamente houve mudança na paisagem: em 1940 não havia práticamente mais nenhuma grande mancha de caatinga. Em vinte anos uma restrita população, vivendo no cenário da fazenda de gado extensiva, foi substituída por uma das populações rurais mais densas do nordeste do Brasil.

Êste fato coloca assim um problema interessante: como se formou tão ràpidamente uma região tão intensa e completamente ocupada? E, ainda, tal metamorfose não traz, tendo em vista suas condições de formação acelerada, um desequilíbrio? É possível o contrôle das conseqüências ou têm as mesmas dominantes aspectos negativos?

É complexa a resposta a tais indagações. Poderemos apenas em parte respondê-las. Vimos como o homem se situa nesta região, qual o seu trabalho e o que êle consegue tirar do solo, garantindo o seu sustento e o de sua família, alguns dêles apresentando uma evolução progressiva.

Observamos que as situações sócio-econômicas revelam-se em parte favoráveis, mas em parte também desfavoráveis. E, dêste último caso, emergiu um dos problemas resultantes desta rápida evolução do conjunto: o de uma superpopulação; no estado atual em que se encontram as técnicas de cultura e de pastoreio, não há lugar para todos durante todos os meses do ano.

A segunda consequência de se esperar é a do esgotamento dos solos, frágeis, e da qual todos são conscientes. Nestes solos superficialmente bastante arenosos mas então recobertos durante longo tempo pela caatinga não foi necessário, quando do início das culturas, uma adubagem sistemática, visto que os mesmos guardavam uma certa riqueza orgânica, acumulada durante anos. Até 1930 o fumo exigia adubo apenas cada 3 anos; depois de 1940 mesmo as zonas de baixo necessitam de adubação para poder produzir uma boa colheita durante a seca. Em tais solos expostos ao choque das chuvas e que filtram de forma mais ou menos rápida a água, há conseqüente lixiviação, o que os empobrece: torna-se necessária a adubação constante. Nos últimos 15 anos é necessário o estrume todos os anos nas parcelas plantadas com batata-inglesa; desta adubação beneficia-se o algodão; mas o cultivo do fumo praticamente não existe mais. Ora, nenhum sitiante tem um número suficiente de cabeças de gado para fornecer as quantidades necessárias de adubo eles devem comprá-lo em caminhões que vêm do Cariri. Como o preço do adubo animal é elevado (30 mil cruzeiros ou 30 cruzeiros novos por caminhão) resulta que nem tôdas as parcelas plantadas como batata-inglesa são adubadas, ou não suficientemente. Em nenhum caso há adubação para os outros produtos. Em consequência, neste regime de culturas contínuas, sem pousio, o esgotamento dos solos é geral, simplesmente um pouco menos rápido nos baixios que se beneficiam de uma relativa concentração de colóides e de uma quantidade maior de adubo vegetal ali recoberto duas vezes por ano.

Assim, o Agreste de Esperança, sofre hoje o impacto dêstes dois problemas. Eles surgiram dentro da história desta área, mas sua velocidade de evolução é grande, e de forma corolária: mais cresce a população, menos cada família dispõe de meios financeiros para adquirir o adubo em quantidade suficiente para garantir uma boa colheita. O caminho é para o empobrecimento, que toca essencialmente a parte dos habitantes que já é a mais desfavorecida.

Infelizmente não nos foi possível contabilizar os mais desfavorecidos, aqueles que se encontram nos dois primeiros grupos: êste trabalho de paciência deverá ser feito para saber quantas famílias estão nesta situação, sem perspectivas futuras. Ao contrário foi possível conhecer a importância dos grupos 4 e 5: os minifúndios. O cadastro foi estabelecido em 15 km²; a superfície de cada propriedade é aproximativa, mas o conjunto, que foi medido, comporta o número dos sítios indicados. Para um total de 118, 37% (44) têm uma extensão igual ou inferior a 6 ha; esta importante percentagem mostra como seria urgente um estudo mais aprofundado desta população, para saber-se quantos

chegam a se manter e como, e quantos seriam a readaptar, enviando-os em direção a outras zonas rurais (colonização agrícola) ou formando-os em empregos não ligados à agricultura, em meio rural ou urbano.

Feita a abstração destas famílias desfavorecidas, cujo número aumenta constantemente, os demais habitantes não sofre condições sub-humanas; a região é, não apenas totalmente humanizada, mas a vida para eles é aí perfeitamente aceitável. Cada um possui a “sua” casa, sua propriedade bem enraizada e agradável, como provam as árvores frutíferas e as flôres que a envolvem.

Vida aceitável, pois não há distâncias sociais entre os homens, como aquela que separa maiores proprietários e os que deles dependem. Aqui há uma vida de comunidade, de existência e de interesse. Não há igualmente distância espacial: os vizinhos são realmente vizinhos, próximos uns dos outros; a comunicação entre as casas é fácil, à escala da vista e da voz. Qualquer que seja a sua localização, a escola oferece lugar a inúmeras crianças, em um raio de influência limitada. Vida de reunião: as “bodegas”, cafés-mercearias, multiplicam-se e servem aos habitantes. Na tarde do domingo ali os homens se encontram, para conversar, saber notícias, enquanto bebem sobretudo a cachaça, enquanto que as mulheres reúnem-se com a espôsa do dono da “bodega”. A feira semanal é outro local de contactos, sendo efetuada não apenas na área como nas vizinhanças do Agreste; assim, os homens não são obrigados a comprar e vender tudo a uma única pessoa. Finalmente a ANCAR ali realiza experiências, cujo êxito se espalha rapidamente.

Destas vantagens, devidas à estrutura social e à densidade de população, todos se beneficiam. Mas só aqueles que têm uma base fundiária mínima são os que realmente as aproveitam, tendo um nível de vida correto. São eles também os únicos que poderiam aumentar sua produtividade: por exemplo, são os que podem ter um arado que permite preparar um ha de terra em um dia, em vez de oito. Também aumentar os seus rendimentos: o gado, em estabulação livre, lhes forneceria o adubo e uma simples modificação permitirá produzir regularmente, por ex., 10 toneladas de batata-inglês em vez das 5 atuais. Não esqueçamos, finalmente, que a reforma geral do sistema de comercialização beneficiaria aqueles que têm excedentes a vender.

Esta classe camponesa nova, recentemente formada a partir de uma população rural dependente, tem dificuldades. Mas, não obstante, ela está em equilíbrio, ela vive e trabalha cada vez mais, e só deseja poder se fixar mais intimamente a seus ha de culturas alimentares, sem tentar adquirir benefícios de ordem especulativa, dois traços fundamentais raros no Brasil.

* * *

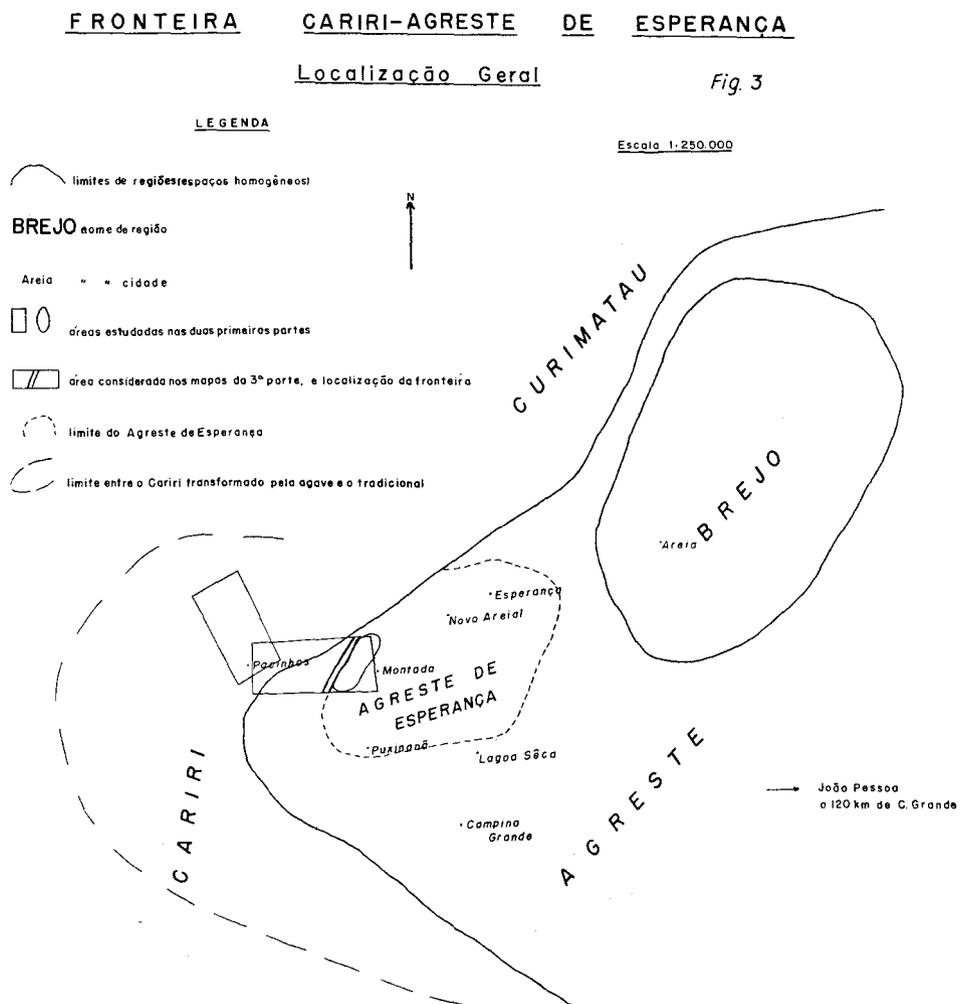
A FRONTEIRA CARIRI — AGRESTE DE ESPERANÇA

O Cariri e o Agreste de Esperança são duas regiões, dois “espaços homogêneos”, nitidamente opostos: de um lado predominam as fazendas de agave, a caatinga ocupa metade do solo e o povoamento é limitado; no outro existe a pequena propriedade, um sistema complexo de cultura, relativamente intensivo, ocupação integral do solo e altas densidades demográficas.

Nós sabemos que a fronteira que separa estas duas regiões foi determinada em 1940-1945; esta linha de separação entre as duas paisagens agrárias, tal como a temos encontrado e a encontramos hoje é, por conseguinte, recente (Figura 3).

Quais os motivos que explicam esta linha divisória?

Ao longo dos 35 km estudados tentaremos saber se esta fronteira está ligada a êste ou àquele elemento do meio natural: isto explicaria então que até êste limite operou-se uma certa forma de implantação, a do Agreste, e que do outro lado foi mantida a criação tradicional ou



se estabeleceu um sistema de cultura baseada na agave. Do contrário teremos de estudar o processo ou os processos segundo os quais a fronteira foi constituída.

1 — *A fronteira e o meio físico*

a) *A figura n.º 4* reagrupa diferentes dados. Nêles verificamos inicialmente três curvas de nível. A de 750 m corresponde à superfície mais elevada do conjunto do Agreste; a de 700 m marca mais ou menos o limite entre as areias brancas dêsse Agreste de um lado, e do outro as areias argilosas ocre-avermelhadas antes de atingir os solos pesados do Cariri; enfim, a de 650 m a partir da qual começa a superfície do Cariri, que mergulha suavemente em direção oeste.

Em segundo lugar, o limite ocidental e setentrional parece ser a melhor indicação bioclimática. Essa é a zona da mandioca, da batata-doce e da batata-inglês; é o “Agreste” úmido. O outro lado já é o “sertão”, onde apenas o milho e o feijão crescem, com exceção de locais privilegiados, como as várzeas.

No fundo da carta a estrutura fundiária lembra as observações feitas nas duas primeiras partes: a leste a existência exclusiva de sítios, e no Cariri a importante percentagem de terras ocupadas pelas fazendas mas sem que as propriedades médias e pequenas estejam ausentes.

b) *Os setores da fronteira* — Examinemos, setor por setor, as relações entre a fronteira e os outros limites.

No setor norte, a nordeste de Chocalheira¹, vemos que o limite do Agreste se confunde, a um ou dois quilômetros, com o limite das areias e o da mandioca. O Agreste, porém, se encontra ligeiramente aquém dêsstes dois limites.

No centro, no setor de Chocalheira e de Bravo, todos os limites se confundem perfeitamente: o último avanço da pequena propriedade efetuado por volta de 1955 transportou-a à margem superior da vertente que marca o início da grande propriedade e da agave. Fala-se muito da “queda da chuva” entre Mari-Prêto e Bravo, o que parece ser devido à posição do segundo local sob o vento.

Ao sul, em Bela Vista e Várzea da Lagoa, o limite do Agreste está aquém da curva de 700 m mas não tem nenhuma relação com o limite mais significativo, o das plantas cultivadas, que marcha na direção do oeste. Além do mais, a agave murcha raramente durante a sêca, até além de Pedra Redonda: plantadores e operários não consideram esta zona como sertaneja. Os habitantes da zona compreendida entre Várzea da Lagoa e Pocinhos não falam por consequência nem em Cariri nem em Agreste, pois se trata de uma região de transição, “abrejada” (possui características de brejo), que permite o cultivo da mandioca.

c) *Interpretação* — Nesta análise evidenciam-se dois fatos. Primeiramente tudo que é Agreste está compreendido num espaço caracterizado por uma altitude média, 700 a 750 m, por um solo, as areias

¹ Esta nomenclatura encontra-se na figura 6.

FRONTEIRA CARIRI-AGRESTE DE ESPERANÇA

Limites Ecológicos

Fig. 4

Legenda

— curvas de nível

***** limite norte e oeste do cultivo da mandioca e batata inglesa.



brancas, e essencialmente pela possibilidade de cultivar plantas que exigem bastante umidade. Em segundo lugar, o que não é Agreste de Esperança é sobretudo Cariri (ou Curimataú), isto é, mais baixo, sêco e de solo argilo-arenoso.

Mas, se existe um paralelismo entre regiões e meios naturais, não é menos verdadeiro que esse paralelismo não seja absoluto; não há nem mesmo uma correspondência entre a extensão do sistema de cultura do Agreste e o elemento que parece ser o seu suporte natural: uma quantidade suficiente de umidade. Este é apenas um detalhe verificado no norte onde as condições naturais do Agreste se estendem mais um pouco, antes de se atingir a grande descida e as serras bruscas do Curimataú semi-árido. Ao contrário, no sul, a falta de concordância é importante: de um lado há de fato correspondência entre a fronteira e o limite da alta superfície de areias brancas (acima de 700 m); mas de outro lado

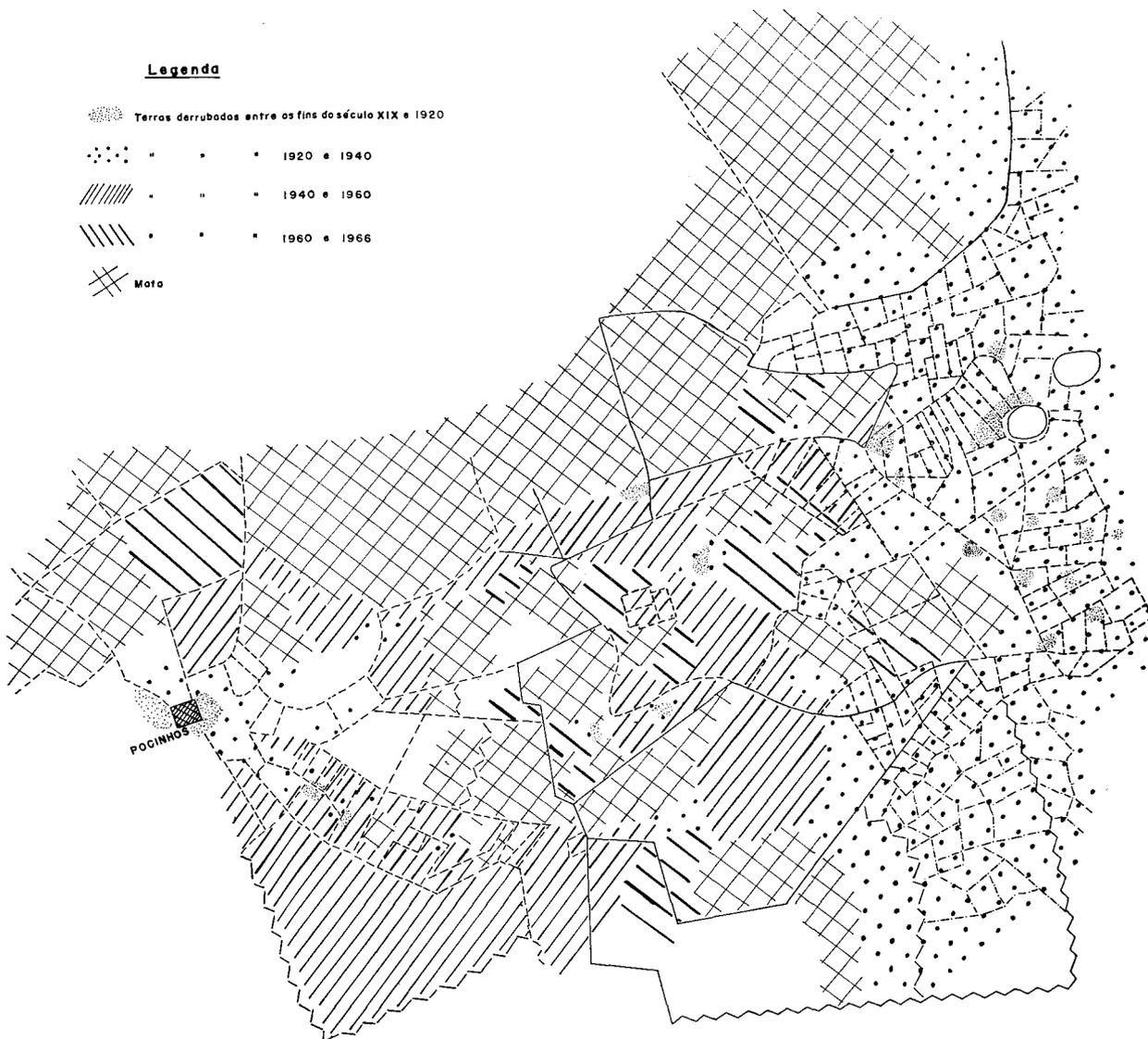
FRONTEIRA CARIRI-AGRESTE DE ESPERANÇA

Etapas da derrubada

Fig. 5

Legenda

- Terras derrubadas entre os fins do século XIX e 1920
- " " " 1920 e 1940
- ////// " " " 1940 e 1960
- ////// " " " 1960 e 1966
- XXXXX Mato



as condições bioclimáticas permitiriam um avanço profundo do Agreste na direção oeste; e entretanto dominam as fazendas de agave nessa região.

Portanto, não se trata apenas de um ou de vários fatores naturais que fixam a fronteira nas suas posições atuais: há só aparência de concordância entre alguns deles e a mesma. Esses fatores não constituem então o motor, a causa que permitiu anteriormente o avanço das pequenas propriedades na direção do oeste. Assim, somos levados a procurá-los em outra parte.

Na figura 5 constatamos a existência de um paralelismo muito maior. É o existente entre a fronteira e o limite que separa dois espaços derrubados em duas fases diferentes: a leste, entre 1920 e 1940 tudo foi derrubado, enquanto no oeste o essencial ocorreu depois de 1942-45; ora, esta é a data em que foi fixada a fronteira. Isto parece atestar que o fator humano foi determinante. O estudo dos processos de caráter humano, que desempenharam papel importante antes e depois desta data decisiva, colocar-nos-á no caminho exato. Para reforçar esse estudo faremos referências aqui e acolá à parte que se refere ao Cariri.

2 — *Processos de evolução da propriedade e da exploração da terra.*

a) *No passado distinguem-se duas fases (já utilizar a figura 6).*

Durante muito tempo, toda esta região, tanto de um lado como do outro da atual fronteira, foi um "cariri" tradicional; a única caatinga aberta apresentava aqui e acolá sinais de cultura e era recortada de imensas fazendas. Um estudo feito em bibliotecas e arquivos indicaria a época de que datam estas propriedades. Eram em número de 3 no local da fronteira e cada uma se espalhava por mais de 20 km: uma cobria no norte a parte vizinha ao Curimataú; a outra, situada entre Bravo e Pocinhos, e a terceira, ocupava toda a parte sul.

Nos primeiros anos do século operou-se uma ocupação um pouco mais real e mais densa (figura n.º 4).

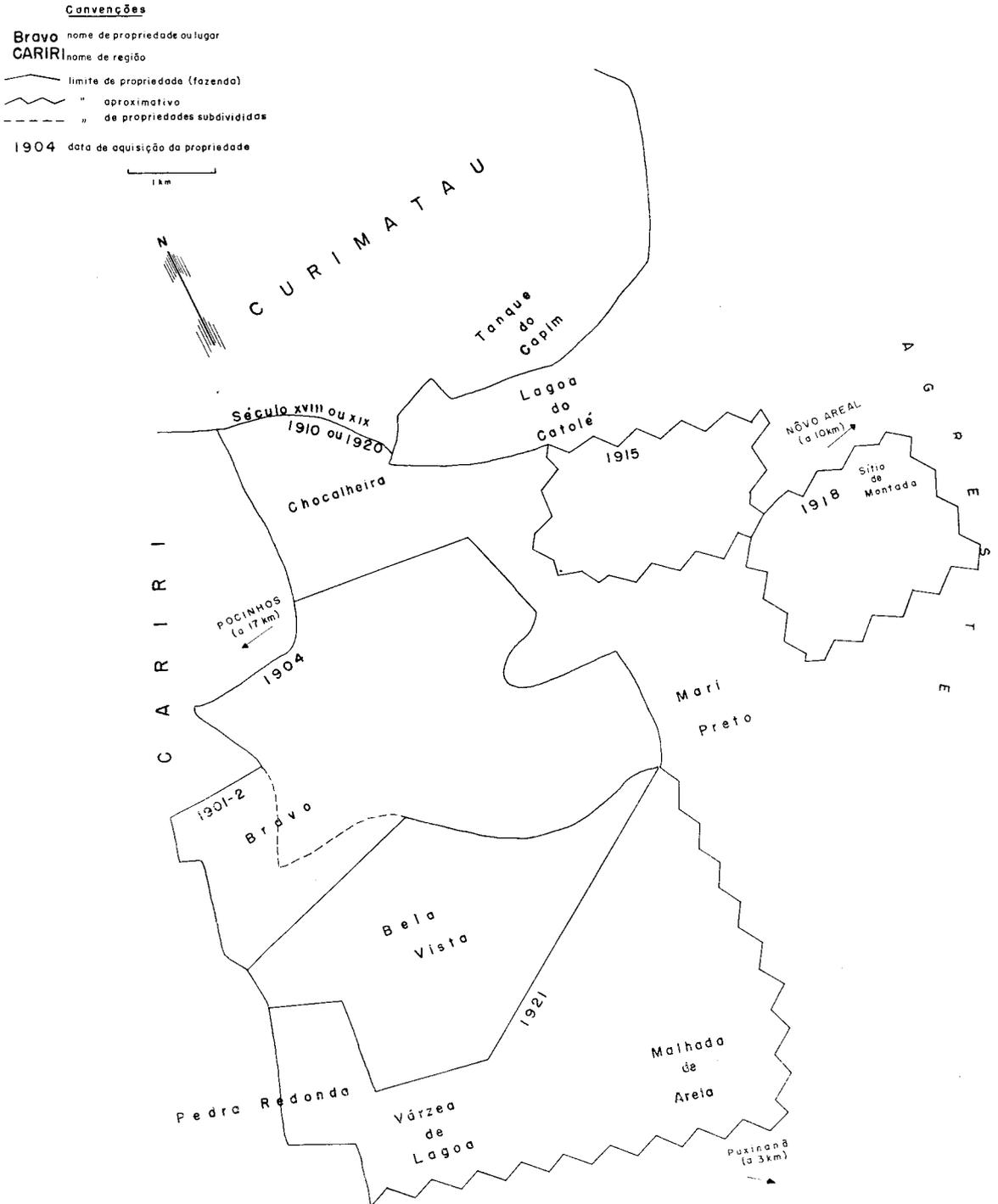
Um certo número de fazendas, com várias centenas de hectares, substitui as precedentes, que cobriam milhares de hectares (só permaneceu a do norte). Entre 1901 e 1904 Bravo foi comprada por dois homens vindos do Brejo; por volta de 1915-18, outros proprietários de lá também se instalaram ao lado da lagoa Salgada e da atual Montada; em 1921, Várzea da Lagoa e Malhada da Areia são adquiridas por uma família proveniente do Seridó, parte mais seca do Rio Grande do Norte: os grandes proprietários, os Chateaubriand, as teriam vendido por temerem cangaceiros.

O limite com os brejos, regiões de propriedades de vários tamanhos e valorização do solo mais completa, está situado mais a leste; aqui mesmo os tipos de propriedade e de utilização do solo permanecem indiferenciados ainda durante duas dezenas de anos. Somente a partir de 1915-20 as coisas mudaram, conforme vimos na segunda parte deste trabalho.

FRONTEIRA CARIRI-AGRESTE DE ESPERANÇA

Situação por volta de 1900

Fig. 6



b) *a situação que precedeu a atual* — Depois de mais de 20 anos de mudança, examinemos, de modo geral, os resultados a partir de 1940-45 (figuras 3 e 7).

Em primeiro lugar verifica-se um fenômeno secundário: o término da instalação das grandes famílias de fazendeiros, na parte oeste. Dêste modo Bela Vista foi adquirida pelo atual proprietário em 1931, por ocasião da divisão da grande propriedade que antes aí existia. A exploração destas fazendas permanece a mesma de antes; todavia, uma parte das propriedades situadas na direção do leste foi cultivada com plantas alimentícias por pequenos locatários que habitam ao lado delas.

A leste, com efeito, vivem doravante pequenos proprietários: o *desmembramento da grande propriedade verificou-se de modo maciço e capital*. O avanço das pequenas propriedades começou a mais ou menos 25 km a leste, a partir do Brejo e da região de Alagoa Sêca. A derrubada cresceu a olhos vistos e assim o “cariri” foi substituído pelo “agreste”: uma área que se revelou suficientemente úmida substituiu a que apresentava características de sertão, e a pequena propriedade assume o lugar da grande. As regiões, de saída, eram com efeito fortemente povoadas desde muito tempo e os descendentes sempre mais numerosos exerceram pressão em direção do oeste praticamente virgem e quase sem população.

Êstes pequenos proprietários encontraram terras novas, úmidas e leves, iguais às do Agreste e de Alagoa Sêca: bastante úmidas e férteis para permitir uma rica associação de culturas das quais a do fumo foi muito lucrativa; leves por serem fáceis de trabalhar, principalmente no que concerne à construção de leirões e à limpa, e por produzir tubérculos como a mandioca, fundamental à alimentação, ou a batata-inglês, cultura lucrativa praticada desde 1930.

Os pequenos proprietários, ao chegarem ali, alugaram ou compraram terras; derrubavam e depois cultivavam; êles compraram algumas dezenas de hectares, a superfície já cultivada e um pouco de mata.

Por seu lado, os fazendeiros venderam estas terras por várias razões: extinção da família ou, na maioria das vezes, por necessidade de dinheiro. Esta necessidade não era recente, mas foi somente a partir de 1915-20 que se apresentaram numerosos compradores.

Em Montada a família desaparecera: solteiros, casais sem filhos, partidas para o sul sem retôrno, algumas vezes mesmo sem dar sinal de vida. E, simplesmente, os locatários das terras tornaram-se proprietários: são os sitiantes atuais.

Quando o antigo proprietário de Bela Vista vendeu essa propriedade em 1931, encontrou de início apenas pequenos compradores, vindos do leste: a ponta N.E. da propriedade foi dêsse modo parcelada. Mas o resto, conforme vimos há pouco, passou às mãos do fazendeiro atual, filho de um agricultor da região que dispunha de algum recurso.

FRONTEIRA CARIRI-AGRESTE DE ESPERANÇA
Situação em 1940

Fig. 7



O caso de Várzea da Lagoa é curioso. Dois filhos herdaram a fazenda. Aquê a quem coube a parte este começou a viver na cidade porque era deputado. Esta função política acrescida à educação premente dos filhos e a uma vida social mundana ou como se diz, livre, criaram necessidades econômicas sempre crescentes. Então, de vez em quando, teve êle que vender, com certa urgência, pedaços de terra a pequenos agricultores. A parte oeste, ao contrário, tocou a um outro filho, homem calmo e tranqüilo que ficou na fazenda sem maiores dificuldades.

Houve casos semelhantes no Cariri, estudado na primeira parte. Das 29 propriedades que aí se encontram hoje, apenas cinco datam das proximidades de 1900, e nove se constituíram entre 1900 e 1940. Em 1940 existiam oito pequenas propriedades e seis grandes.

Se no Cariri pequenos e grandes agricultores adquiriram as terras expostas à venda, na fronteira oeste do Agreste apenas os pequenos agricultores compraram-nas: a pressão demográfica vinda do leste atuava mui fortemente nessa região.

Dêsse modo se explica porque nas proximidades de 1920 existia a oposição entre um Cariri dominado por grandes fazendas e um Agreste de pequenos agricultores a cultivar gêneros alimentícios. O Cariri, porém, recuava sempre diante do Agreste. É por isso que por volta de 1940 êste avanço levou a fronteira para onde hoje a encontramos.

3 — *Fixação da Fronteira após 20 anos*

A partir de 1940-45 o avanço da pequena propriedade foi muito lento. No entanto a pressão se fêz contínua; ela chegou mesmo a ser tão forte que o estágio do minifúndio foi igualmente golpeado em todo o Agreste.

Se a fronteira varia muito pouco de lugar, é porque a grande propriedade só raramente cede e freqüentemente reconquista antigos limites.

Na parte do Cariri formam-se quinze propriedades que correspondem à metade do total atualmente existente: seis pequenas, mas também e sobretudo nove grandes. Com efeito não há mais retalhamento das fazendas: seja porque o herdeiro que fica na terra compra as partes dos demais, seja porque um fazendeiro ou uma pessoa da cidade compra uma fazenda ou, na maior parte dos casos, uma grande parte de uma antiga fazenda. E são as pequenas propriedades que, por divisão hereditária, dão origem aos novos sítios.

Da mesma maneira, sôbre a fronteira (figura 8) observa-se que as principais cessões (em Tanque de Capim, Chocalheira e na parte S.E. de Bravo) originam novas fazendas. No terceiro caso foi mesmo um grande proprietário, o de Várzea da Lagoa, quem comprou alguns 100 hectares. Apenas uma dúzia de sítios surgiram às custas das fazendas (em 1955, em Bravo).

Isto equivale a dizer que em tôdas as partes permanece a grande propriedade: se há bons ventos a mudança se opera a favor de um nôvo fazendeiro, mesmo quando sua propriedade é apenas uma parte da primeira. Além disso, o grande proprietário readquire o que arrendara noutros tempos: é o caso das terras cultivadas de Bela Vista e Tanque de Capim, cuja locação foi interrompida e que de agora em diante são exploradas pelo próprio dono, em detrimento aliás de uma dezena de inquilinos (moradores) expulsos e excluídos do seu trabalho.

As fazendas, tôdas essas que subsistiam em 1940-45, viram a sua fôrça e o seu valor econômico crescer: antes estavam totalmente cobertas pela caatinga e de repente se transformaram em áreas de cultivo do agave.

FRONTEIRA CARIRI-AGRESTE DE ESPERANÇA

Situação atual

Fig. 8

Convenções

1- Limites das propriedades
a) Limites de antigas propriedades

— limites reais
- - - - - " prováveis

b) Limites de propriedades resultantes de divisão.

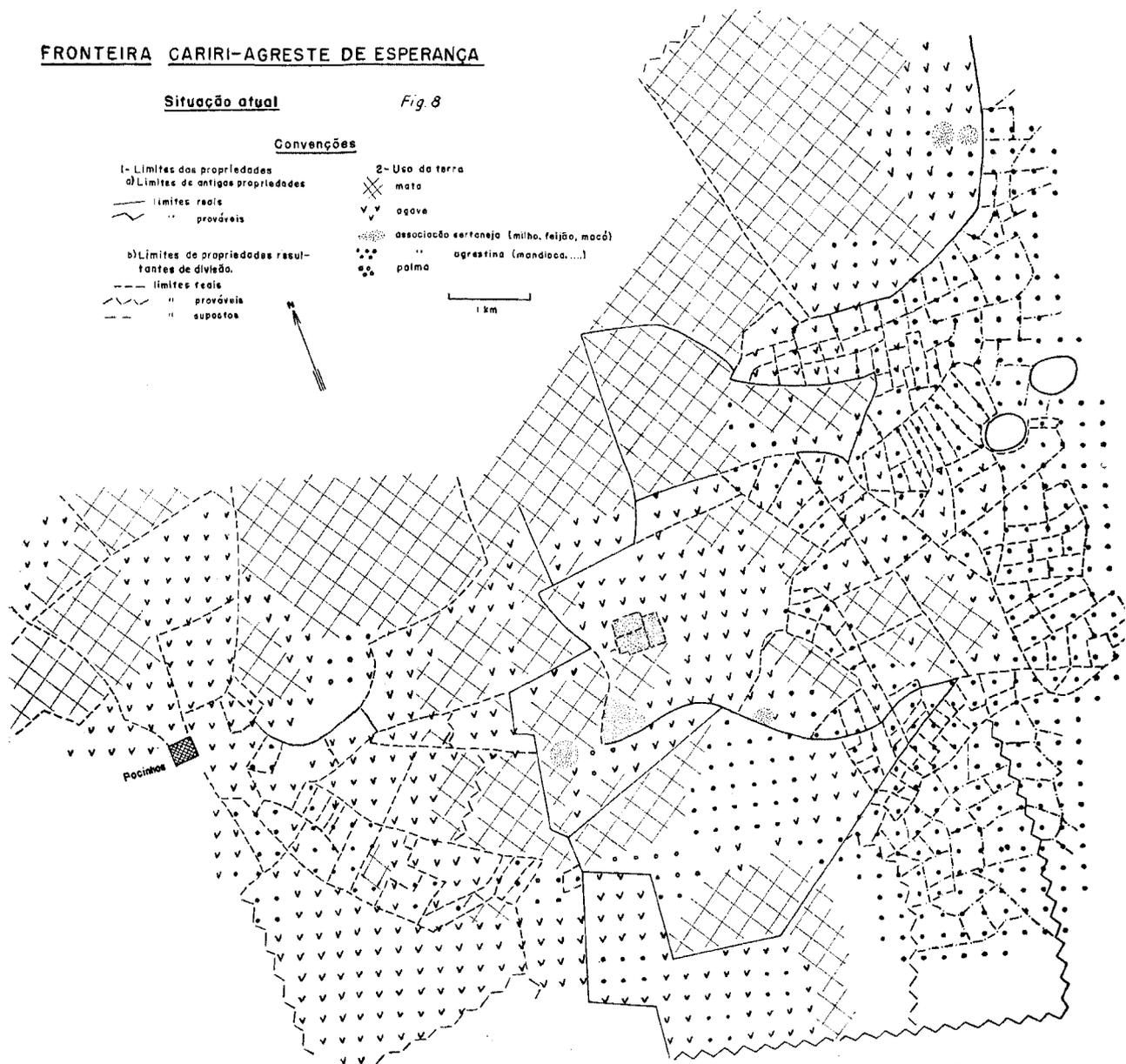
— limites reais
- - - - - " prováveis
- - - - - " supostos

2- Uso da terra

▣ mata
▼ agave
••••• associação cerejeira (milho, feijão, macô)
••••• " agrestina (mandioca,....)
••••• palmeira

1 km

Pocinhos



O agave, substituindo a caatinga e a floresta, modificou profundamente a economia da fazenda: as terras súbitamente se valorizaram; cada hectare tem de agora em diante seu valor assegurado e sobretudo as dezenas e mesmo centenas de hectares plantados de agave asseguram sólidos lucros. Isto equivaleu a uma transformação radical, no caso da grande propriedade. Esta planta, recordemos bem, introduzida pouco depois de 1940, justificou as grandes derrubadas na direção do oeste e foi o fator dominante na recente demarcação da fronteira.²

4 — A Natureza da Fronteira

Retomemos os dados do problema da fronteira e através dêles ingresseemos na dinâmica da região.

Onde quer que nos encontremos, num território de vocação agreste ou pròpriamente cariri, a formação de um sítio, grande ou pequeno, concebido à maneira de uma quinta ou chácara familiar na Europa, supõe uma exploração agrícola, cuja predominante são gêneros alimentícios, que substituíram as formas extensivas de exploração.

Os processos de evolução fundiária, nessa região, são os seguintes: quando uma família de fazendeiro ou um fazendeiro se encontram em dificuldades econômicas, êles tem que vender tôda a sua terra ou parte dela, por ser o único bem de que dispõem (construções e material se reduzem a pouca coisa). Se se apresentam a um fazendeiro ou a alguém que dispõe de capital suficiente para comprar tudo ou uma boa parte, as coisas são simples: um só comprador com quem negociar, um só ato de venda e também a economia do tempo e dinheiro com a série de diligências que isto supõe. Do contrário, dirigem-se a alguns dos pequenos agricultores, que estão sempre prestes a comprar, pois são filhos de sitiantes que não dispõem de terras suficientes. Ou mesmo dirigem-se a pessoas que não possuem terras.

A fronteira oeste do Agreste, a partir de 1920, era o *front* ativo dos pequenos agricultores, na maior parte vindos do Brejo ou do Agreste já povoado: o vendedor eventual encontrava aí constantemente e rapidamente compradores, e compradores que pagavam à vista. Alguns chegaram mesmo a vender, simplesmente para dispor de uma soma de dinheiro líquido facilmente encontrado: fazia-se assim um “bom

² O destino da fazenda Bravo serve-nos como exemplo das diversas etapas e modificações por que passou uma fazenda, após o ano de 1945. O pai, pobre homem do Brejo, que comprara esta terra em 1904, morreu em 1955. Após uns dez anos de trabalho sua situação tinha melhorado muito: antes êle vivia modestamente da venda de algumas cabeças de gado e do algodão produzido em alguns pedaços de terra cultivados quase que por especial privilégio; depois, cada ano êle conseguia vender a sua produção, quase sempre a bom preço. Eram quantidades sempre crescente de agave. Isto significa que progredia regularmente graças ao uso inteligente dos lucros anteriores. Apenas as margens ficaram cobertas de florestas, sobretudo a leste onde se encontra um forte relêvo, acidentado e pontuado de grandes blocos.

Com a morte do pai os seis herdeiros dividiram a fazenda, e cada qual aproveitou de sua parte do melhor modo possível, em função de sua própria situação. Três filhos e uma filha venderam as partes que lhes couberam; um é pastor, o outro preferiu aplicar o capital disponível em bens imóveis comprados na cidade de Campina Grande; a filha era casada e morava em João Pessoa. Eles venderam uma parte aos dois irmãos que ficaram na terra, e uma pequena parte da herança da filha a alguns sitiantes (êstes são os quatro sítios a oeste da propriedade). Um dos dois irmãos que ficaram na terra teve também que vender uma parte para pagar uma grande dívida que contraira em um negócio que faliu: conseguiu vender um grande lote, mas para conseguir dinheiro com o máximo de rapidez vendeu o restante, ao NE da propriedade, dividindo em pequenos lotes. O único irmão, que permaneceu, comprou as partes vendidas por seus irmãos e irmã. Vemos assim que a existência da fazenda não ficou em absoluto prejudicada.

negócio”, pois a terra que lhes pertencia fôra valorizada por outros, e assim com esta soma se poderia fazer, por exemplo, empréstimos lucrativos na cidade. Esta situação durou todo o tempo em que as terras dos grandes proprietários eram apenas no “cariri”: esta terra dava pouco lucro, nem sempre pelo conjunto da fazenda, mas por hectare; o proprietário portanto nada perdia, vendendo algumas dezenas de hectares de floresta.

No Cariri a situação era mais atenuada. Os pequenos agricultores da região nunca foram muito numerosos: êles puderam aproveitar algumas ocasiões eventuais, mas sem nunca impedir a aquisição de terras por parte dos fazendeiros. A situação mudou com a produção do agave. De agora em diante ou a família do fazendeiro não vende mais as suas terras, ou então, se por qualquer motivo deve vendê-las, a operação não se fará nunca em benefício dos pequenos, isto é, em benefício de muitos compradores. Sempre existirá um homem da região ou mesmo de fora disposto a comprar, a fim de usufruir dos lucros que o agave proporciona.

No lado do Agreste, onde o agave também encontra terreno muito propício ao seu crescimento, a terra já estava muito dividida desde 1940-45: não se compra mais terra com facilidade porque o sitiante, como qualquer outro tipo de camponês, não está disposto a se desfazer de sua única fonte de renda a que já está habituado. Por outro lado, os grandes proprietários, movidos pelo estímulo do agave, retomaram as terras arrendadas (e se a retomada não terminou, como em Boa Vista, é porque o preço do sisal baixou, antes que o proprietário, já velho, tenha tido tempo de fazê-lo).

A fronteira se encontra entre as terras em que o agave encontrou lugar para sua implantação e expansão e as terras dos pequenos agricultores que não podiam esperar três anos sem fazer a primeira colheita e que, antes de tudo, tinham que providenciar o seu sustento e suas necessidades alimentares. Nos setores norte e oeste, o sistema de cultura do Agreste de Esperança tinha atingido praticamente os limites de seu domínio ecológico. No setor sul, ao contrário, poderia ter avançado ainda uns 20 km: o agave valorizando a fazenda e a grande exploração detendo o progresso dos pequenos e de suas culturas.

Ao término da primeira parte dêste trabalho, consagrada ao Cariri, concluída em agosto de 1966, nós nos perguntávamos o que seria da região se o preço do sisal permanecesse baixo. Em 1967 sabemos que muitos assalariados estão sem trabalho, pois o preço do sisal dá apenas uma pequena margem de lucro. A margem de trabalho que resta é muito reduzida, pois os grandes proprietários não mandam mais limpar os campos e a maior parte desfia muito pouco agave.

Não parece porém que se possa esperar, como consequência, um retôrno à divisão das fazendas: os grandes fazendeiros aguardam uma subida, talvez ilusória, do preço do sisal; e, sobretudo, alguns resolveram simplesmente plantar capim. É uma outra maneira de valorizar as grandes terras, naturalmente empregando pouca mão-de-obra.

Foto 1 — Aspecto da ocupação do solo nas terras altas do Agreste de Esperança — *tôda a área é aproveitada para as culturas alimentares; vê-se à esquerda da foto a plantação da mandioca, já em seu segundo ano e, à direita, os cultivos do inverno (duas carreiras de feijão, intercaladas com milho e batata-inglês, no 2.º campo).*

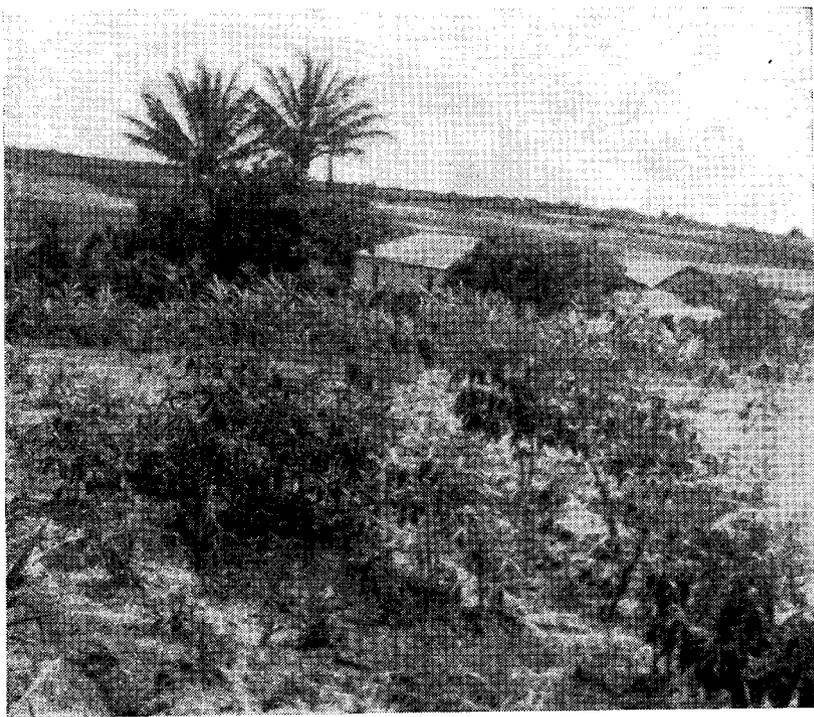


Foto 2 — Transformação da paisagem do Agreste de Esperança. — *Em áreas onde antes era o domínio da caatinga, nos últimos dez anos, uma transformação se operou: a foto ilustra um desses casos mostrando hoje um quadro de vida camponês: uma sólida e boa casa, envolvida por árvores frutíferas e pelos campos de cultura.*

Foto 3 — O problema da água — *Nesta paisagem regular das terras altas do Agreste, o problema da água é menos crucial do que o existente no Cariri semi-árido, porém as necessidades são mais prementes do que as verificadas no Brejo. Cacimbas e cacimbões são abertos pelo homem, recolhendo a água das chuvas e aquela que se esco, subsuperficialmente, após a estação úmida.*



Tentemos concluir. Nós já vimos que a fronteira não é fundamentalmente bio-climática ou ecológica, como poderia parecer à primeira vista. Ela também não se explica através de um contato entre duas paisagens agrícolas bem estabelecidas. O fato de que tenha sido uma planta, o agave, o fator responsável por sua fixação, em um determinado momento, poderia induzir a esta idéia. Ora, parece que o fim presumível da quase-monocultura do agave não vá recolocar em questão sua existência face a sua posição atual: pois os fazendeiros estão em vias de encontrar um novo tipo de aproveitamento de suas grandes superfícies de terra. Isto equivaleria, portanto, a uma oposição da estrutura fundiária que seria determinante: com o agave a partir de 1940-45, a grande propriedade começa a ter uma significação decisiva, cresce em valor e se solidifica; com a criação intensiva ela poderá subsistir. Isto significa que a grande propriedade encontrou, nos últimos 25 anos, as bases econômicas que lhe permitem perdurar nesta região. E a fronteira permanece estável, separando o Agreste, com a sua superpopulação crescente a leste, do Cariri, transformado, mais uma vez, sem no entanto empregar toda a sua população.

SUMMARY

Through these two articles, "O Agreste de Esperança" and "A Fronteira Cariri-Agreste de Esperança", the author Mr. Gerard Prost is giving to the regional study of Paraíba State an adequate conclusion.

In the first of them he points out the different kinds of tillages, methods of cultivation practiced in the region, and land use organization. Following he analyses the sociological and demographic situation.

In the second one he tries to place the causes and process under which this boundary was established.

Versão de JOAQUIM FRANCA

RÉSUMÉ

Les travaux "O Agreste de Esperança" et "A Fronteira Cariri-Agreste de Esperança", développés par GERARD PROST, complètent les études régionaux qui se rapportent à l'Etat de Paraíba.

Dans le premier, l'auteur détache, initialement, les différents types de cultures, les diverses manières de pratiquer la plantation et d'aménager l'espace destiné aux petites propriétés. Ensuite, il analyse les situations socio-démographiques qui résultent des arguments de son étude.

Le second travail, "A Fronteira Cariri-Agreste da Esperança", cherche à localiser les raisons, le procès ou les procès d'après lesquels la frontière e été constituée.

Versão de OLGA BUARQUE DE LIMA